

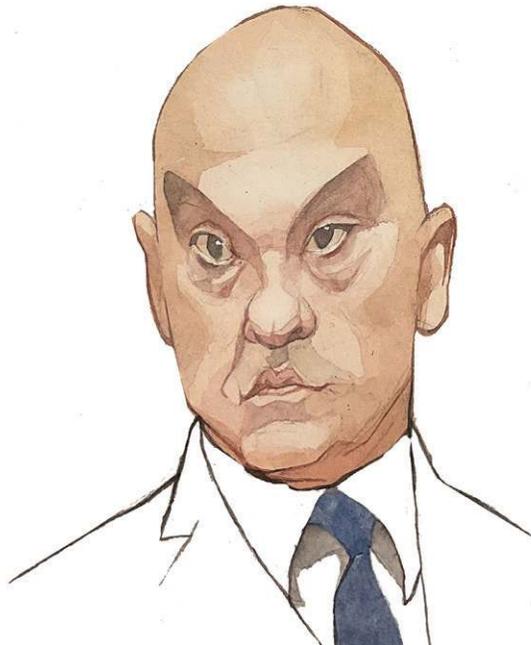
Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamarca5@gmail.com

O xerife da República

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, é hoje, sem dúvida, o mais poderoso e temido integrante da República. Além de presidir o TSE, tem nas mãos os inquéritos mais rumorosos, envolvendo os atos golpistas e o uso político da Abin. Define quem é alvo de busca e apreensão, quem será preso e quem responde por crimes. Muitas vezes decide sozinho, mas suas deliberações têm sido endossadas pelos colegas. Corajoso, o ministro é também o mais visado. Foi incluído em uma trama para ser assassinado, em outra para ser preso depois do golpe e é odiado pelo bolsonarismo, que o chama de “Xandão”. Ele decidirá se e quando Jair Bolsonaro será preso.



Corte de Direitos Humanos cobra tipificação do crime de desaparecimento forçado no Brasil



Reprodução/Instagram

O promotor de Justiça do Distrito Federal Antônio Suxberger participou na semana passada como perito de audiência pública na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em San José, na Costa Rica. Foi discutido o caso Muniz da Silva vs. Brasil, em que o Estado é acusado de omissão nas investigações do desaparecimento forçado do trabalhador rural Almir Muniz da Silva, em 2002, na Paraíba. Há indícios da participação de policiais civis no crime, mas as investigações foram arquivadas sem apontar autores. Antes de sumir, Almir denunciou que era alvo de ameaças por sua atuação em defesa dos trabalhadores rurais da região. Suxberger foi indicado por suas qualificações acadêmicas em políticas públicas e processo penal, além de sua experiência profissional. É a segunda vez que ele atua como perito na Corte. O promotor foi muito cobrado por não haver no Brasil um tipo penal específico para o crime de desaparecimento forçado, quando há concordância ou fomento de agente do Estado. Esse é considerado um grave crime contra os direitos humanos.

Idoso busca limpar o nome

Com quase 99 anos, Francisco Penha, ex-empregado do Grupo Santos, de Pernambuco, comemora a exclusão de seu nome dos processos relacionados à Operação Background, deflagrada pela Polícia Federal, em 2021. Francisco foi alvo de busca e apreensão em sua casa por investigação sobre o suposto desvio de R\$ 8 bilhões por meio de práticas de sonegação fiscal e evasão no pagamento de direitos trabalhistas. Foi uma operação gigante, com cumprimento de 53 mandados de busca e apreensão, com a participação também da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. No decorrer das investigações, Francisco foi liberado por ser apenas um funcionário do grupo. Agora busca limpar o nome.

Muito trabalho pela frente

Escolhido pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, para atuar no TSE, o novo vice-procurador-geral eleitoral, Alexandre Espinosa, terá muito trabalho pela frente. Ele assumiu o cargo que o próprio Gonet exerceu na administração de Augusto Aras. Espinosa é experiente e está acostumado com a atuação em casos de repercussão. Trabalhou nas investigações do mensalão e da Lava-Jato. Entre 1996 e 2004, esteve lotado no Espírito Santo. De lá, foi um dos autores da ação que levou à cassação do então deputado estadual José Carlos Gratz, considerado líder de organização criminosa no estado, por abuso de poder político.



Divulgação/TSE

Celeridade eletrônica

O *Anuário da Justiça de 2023* apresenta um avanço na tramitação das ações provocado pela tecnologia. Levantamento mostrou que o tempo de resolução de um processo físico foi em média de sete anos e nove meses, enquanto o eletrônico foi solucionado em dois anos, ou seja, menos de um terço do tempo.

Faltam juízes

Mas o mesmo estudo indica que a celeridade poderia ser maior. No Brasil, há uma relação de 8,4 magistrados e magistradas por 100 mil habitantes, menos da metade de juízes e juízas existentes nos países europeus, onde a relação é de 18,3 por cem mil habitantes.



Carlos Moura/SCO/STF

“O ETARISMO É UMA DAS FORMAS DE PRECONCEITO DESSA SOCIEDADE ENLOUQUECIDA NA QUAL VIVEMOS: SER JOVEM E FELIZ SEMPRE. NINGUÉM É JOVEM E FELIZ SEMPRE, A NÃO SER QUE MORRA ANTES DE CONTINUAR. FELIZ O TEMPO TODO, NESTE MUNDO EM QUE VIVEMOS, NÃO É TAREFA FÁCIL”

Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), durante julgamento em que se discutiu se pessoas com mais de 70 anos podem escolher o regime de separação de bens no casamento ou união estável